



ENTREVISTA DA SEMANA
Abílio Brunini - Prefeito de Cuiabá

Saúde municipal avança,
apesar de críticas, afirma
administração - Pág. 3

Jornal Centro-Oeste
Popular
25 anos
fazendo
notícia

ACUSADO DE RECEBER PROPINA

Polícia cumpre novo mandado contra vereador Chico 2000 na Câmara de Cuiabá

Investigado por suposto recebimento de propina ligado à obra do Contorno Leste, parlamentar é alvo de nova fase da Operação Perfídia. Outro vereador, Sargento Joelson, também está implicado no esquema - [Pág. 5](#)



Foto: Câmara de Cuiabá

VIOLÊNCIA EM MASSA

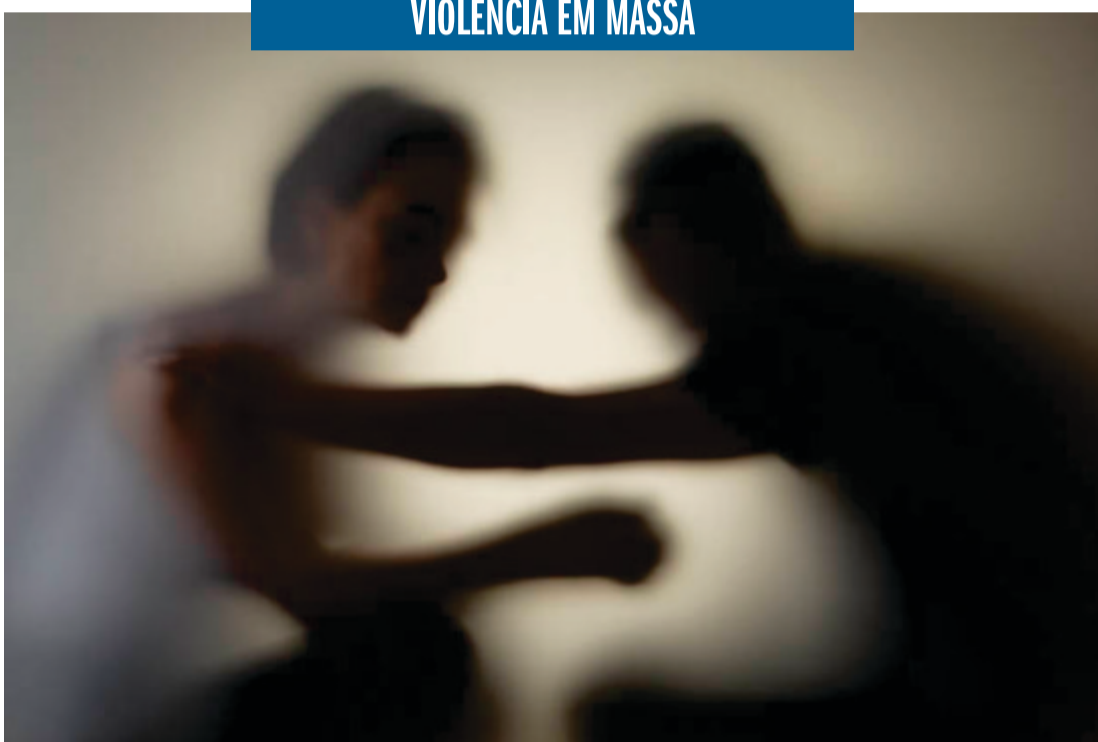


Foto: Reprodução Getty Images

Feminicídio em alta: Mato Grosso se torna o estado mais perigoso para mulheres

Estado registrou a maior taxa proporcional de assassinatos de mulheres por motivação de gênero em 2024; número nacional também bateu recorde

[Pág. 8](#)

MARCO HISTÓRICO

Brasil sai oficialmente do Mapa da Fome da ONU em 2025

País ficou abaixo do índice de 2,5% da população com subnutrição e retoma posição de destaque no combate à pobreza e à fome

O Brasil deixou oficialmente, em 2025, o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), após três anos consecutivos figurando entre os países com mais de 2,5% da população em risco de subnutrição. A conquista foi anunciada durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS+4), realizada em Adis Abeba, na Etiópia. Os dados constam no relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025 (SOFI 2025).

[Leia mais na página 6](#)



Foto: Reprodução site www.boanoticabrazil.com.br

ATUAÇÃO DESTACADA

Beto Dois a Um ganha força entre eleitores e se projeta como nome forte para 2026

Com uma atuação marcada por projetos estratégicos e investimentos que alcançam diversas regiões de Mato Grosso, o **deputado estadual Beto Dois a Um (União Brasil)** vem se consolidando como um dos nomes mais fortes da atual legislatura e já desponta como um dos principais favoritos à reeleição em 2026. O reconhecimento popular é impulsionado por sua presença ativa no interior, articulação técnica junto ao governo estadual e foco em áreas sensíveis como saúde, infraestrutura e meio ambiente.

Desde o início do mandato, Beto tem adotado uma postura de gestor parlamentar, buscando soluções práticas para demandas regionais e atuando em sintonia com prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias. Sua atuação é considerada uma das mais produtivas da Assembleia Legislativa, com destaque para a captação de recursos para hospitais regionais, a modernização da malha viária e o apoio a projetos sustentáveis, em parceria com entidades privadas e públicas. [Leia mais na página 8](#)



Foto: ALMT

SEGURANÇA PÚBLICA

Mato Grosso sanciona lei que autoriza retirada imediata de invasores sem ordem judicial

Polícia Militar poderá atuar após notificação extrajudicial para desocupar imóveis invadidos

[Pág. 7](#)

acesse: www.grupomilas.com.br

Francisco Nascimento
Professor

“ Não se trata de censura, tampouco de uma tentativa de silenciar o humor ou a crítica. Trata-se de responsabilização penal por condutas que ultrapassam qualquer noção legítima de liberdade de expressão ”

Liberdade de expressão não é licença para o crime

A recente condenação do humorista Léo Lins a oito anos de prisão em regime fechado por falas que configuram racismo e discriminação acendeu novamente o debate sobre os limites da liberdade de expressão no Brasil. A pena imposta está em consonância com a legislação brasileira e os compromissos internacionais de direitos humanos assumidos pelo país.

Não se trata de censura, tampouco de uma tentativa de silenciar o humor ou a crítica. Trata-se de responsabilização penal por condutas que ultrapassam qualquer noção legítima de liberdade de expressão. O discurso de ódio, disfarçado de pida, não tem guarida na Constituição da República de 1988. Pelo contrário, o ordenamento jurídico brasileiro expressamente veda manifestações que incitem o racismo, a discriminação e o preconceito, inclusive sob forma artística ou humorística.

Vale lembrar que, no Brasil, promover, apoiar ou relativizar

ideologias como o nazismo ou a escravidão é crime. A razão é histórica e humanitária. Foram ideologias e sistemas que geraram sofrimento inenarrável a milhões de pessoas negros, judeus, indígenas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e outras minorias. O Estado brasileiro, por meio da Constituição, do Código Penal e de tratados internacionais de direitos humanos dos quais é signatário, adotou postura de tolerância zero com esse tipo de discurso.

É nesse contexto que se insere a decisão judicial que condenou Léo Lins. Suas falas não apenas ofendem a dignidade humana, como representam uma afronta à memória histórica e à ordem jurídica democrática. Em seus discursos, o humorista tenta replicar um modelo importado dos Estados Unidos onde podcasts e conteúdos humorísticos gozam de maior permissividade legal. Contudo, o Brasil não é os Estados Unidos. Aqui, os direitos fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a igualdade, têm peso constitucional e formam cláusulas pétreas.



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

Não se pode comparar o que ocorre em um podcast com uma encenação ficcional. A atriz que interpreta uma vilã em uma novela não está promovendo ideologias de ódio; está representando um papel. Léo Lins, por sua vez, usa sua voz e plataforma para propagar ideias discriminatórias, na realidade, e sob o pretexto de liberdade de expressão. Mas, como já firmou o Supremo Tribunal Federal, a liberdade de expressão não é um direito absoluto. Ela encontra limites quando colide com outros direitos fundamentais, como o respeito à dignidade humana e a vedação ao racismo e ao preconceito.

A decisão da Justiça reafirma o compromisso do Estado brasileiro com os valores democráticos e com a proteção das minorias historicamente marginalizadas. Não há espaço, em um Estado de Direito, para a banalização da dor alheia ou para a naturalização do preconceito.

A Constituição Federal de 1988 é clara ao dizer que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. E ao criminalizar esse tipo de conduta, o Brasil envia uma mensagem inequívoca: discursos de ódio não serão tolerados. O humor que fere, que humilha, que inferioriza, que mata simbolicamente, não é humor e violência. E, como tal, deve ser combatido com o rigor da lei.

O caso de Léo Lins serve como um marco para reafirmar o pacto civilizatório sobre o qual se assenta a nossa sociedade. A liberdade de expressão é um dos pilares da democracia, mas não é, nem nunca será, um salvo-conduto para preconceito ou incitação ao ódio. E a Justiça brasileira deixou isso muito claro.

Francisco Nascimento,

professor de Direito Constitucional e especialista em Processo Penal da Estácio.

EDITORIAL

Agosto: um mês, muitas causas, uma sociedade mais consciente

Agosto é um mês que carrega cores e significados diversos, cada um refletindo lutas fundamentais da sociedade. Em meio à correria do cotidiano, somos convidados a parar, refletir e agir diante de três importantes causas que se unem pela saúde, pela dignidade e pela vida. O lilás, o dourado e o laranja não são apenas cores no calendário: são alertas sociais que nos chamam à responsabilidade coletiva.

O Agosto Lilás marca a campanha nacional de conscientização pelo fim da violência contra a mulher, um problema estrutural que continua a deixar marcas profundas em milhares de brasileiras todos os anos. Criada em alusão à Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, a campanha visa mobilizar a sociedade para romper com o ciclo da violência, fortalecer as redes de proteção, e encorajar as denúncias. Ainda que avanços tenham sido conquistados, os dados continuam alarmantes. A violência de gênero não é um problema individual; é uma questão pública, que exige políticas efetivas, educação para a igualdade e o engajamento de toda a sociedade.

O Agosto Dourado, por sua vez, ilumina a importância do aleitamento materno, considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um dos pilares da saúde infantil. O dourado simboliza o “padrão ouro” do leite materno —

alimento completo, gratuito, sustentável e insubstituível nos primeiros meses de vida. Promover e proteger a amamentação é garantir um começo mais saudável para nossos bebês e uma maternidade mais amparada para milhões de mulheres. Amamentar é um ato de amor, mas também de resistência frente à desinformação, à pressão social e à falta de apoio institucional.

Já o Agosto Laranja reforça a conscientização sobre a esclerose múltipla, uma doença neurológica crônica e autoimune que afeta o sistema nervoso central, provocando sintomas muitas vezes invisíveis aos olhos de quem convive com o paciente. Por ser uma enfermidade pouco conhecida, o preconceito e o desconhecimento ainda são barreiras enfrentadas por quem recebe o diagnóstico. A campanha tem como objetivo informar, acolher e dar visibilidade às pessoas com esclerose múltipla, além de destacar a importância do diagnóstico precoce e do tratamento adequado para a qualidade de vida dos pacientes.

Três cores, três causas e um mesmo convite: o de construir uma sociedade mais justa, informada e solidária. O mês de agosto nos oferece a oportunidade de agir com empatia, ampliar nosso olhar e fortalecer compromissos com direitos humanos, saúde pública e inclusão.

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
Kleber Simioni

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

PINGA FOGO



Um grande mistério

Na tarde do dia 19 de julho, um incêndio de causas ainda não esclarecidas consumiu parte do quarto andar da sede da maior agência de comunicação do estado. O fogo, que teve início em circunstâncias consideradas "misteriosas" por testemunhas, foi rapidamente contido pela equipe de emergência. Embora os danos materiais tenham sido controlados com agilidade, o que realmente incendiou os bastidores da imprensa foram os rumores em torno das possíveis motivações do episódio. Até o momento, a empresa se recusa a divulgar oficialmente as causas do incêndio, alegando investigações em andamento. No entanto, fontes seguras ouvidas pelo Jornal Centro Oeste Popular levantam uma grave hipótese: o incêndio teria sido deliberado, com o objetivo de eliminar documentos comprometedores ligados a um escândalo que ameaçava manchar a reputação da agência. Segundo apurações preliminares, o andar afetado abrigava arquivos confidenciais de contratos antigos, correspondências internas e gravações de reuniões estratégicas. A possibilidade de que informações sensíveis tenham sido intencionalmente destruídas levanta uma nuvem de desconfiança sobre a real natureza do sinistro. A ausência de explicações reforça ainda mais a teoria de que o incêndio possa ter sido uma queima de arquivo cuidadosamente arquitetada.

Educação na mira



A nova cruzada do prefeito Abílio Brunini contra a educação pública de Cuiabá mira direto no aluno: quem não atingir a média mínima, repete o ano. A medida vem embalada como solução para uma rede que enfrenta graves problemas, mas, soa mais como punição do que como política séria. Enquanto ignora cobranças básicas, como o pagamento de direitos dos professores, o prefeito fala em privatizar e promete rigor. Mas sem investimento, estrutura ou diálogo com a comunidade escolar, a ideia de "reprovar para melhorar" parece mais populismo do que planejamento. A educação precisa de reforma, além de retaliação.

Perseguição severa



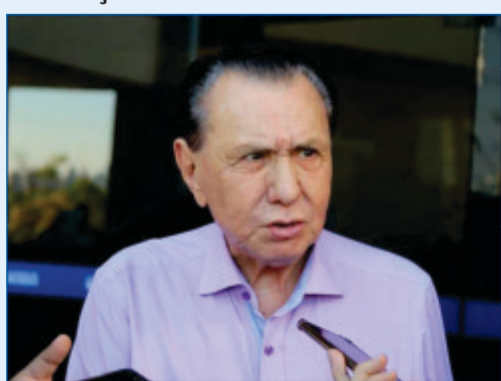
A aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes por parte dos Estados Unidos é um terremoto diplomático com epicentro direto no coração do Judiciário brasileiro. Acusado de censura, detenções arbitrárias e violações de direitos humanos, Moraes agora figura na temida lista de sanções americanas e isso muda tudo. Não é exagero: trata-se de um ataque direto a um dos pilares do STF, com implicações que vão além de qualquer crise institucional recente. Quando Washington decide agir, não se trata apenas de retórica. É sinal claro de que, para os EUA, a linha entre combate à desinformação e autoritarismo foi cruzada e com os dois pés. A nota do Departamento de Estado é dura. Acusa Moraes de perseguição política, censura coordenada com plataformas digitais e violações de liberdades civis. Ao citar até o ex-presidente Jair Bolsonaro como alvo de processos politizados, o governo americano transforma o caso em munição política global. Do outro lado, a Advocacia-Geral da União reage com indignação, chamando a sanção de "inaceitável". Mas indignação diplomática não apaga o estrago institucional. A crise está instalada e com potencial para se agravar. Seja você crítico ou defensor de Moraes, o que está em jogo agora é maior: soberania, independência dos Poderes e a já frágil reputação internacional do Brasil. Quando as togas começam a incomodar lá fora, é porque o barulho aqui dentro passou do limite.

Bolsonaro monitorado, PL em negação



A tentativa do PL de blindar Jair Bolsonaro diante das restrições impostas pelo STF expõe o descompasso entre a realidade jurídica e o discurso político. Enquanto o ex-presidente segue proibido de usar redes sociais e carrega torção eletrônica, líderes do partido insistem em pintar a cena como um exagero sem fundamento. Os mesmos ignoram as acusações de conspiração internacional e tentativas de barganha política com aliados estrangeiros. Fingem surpresa diante da reação dos Estados Unidos, mesmo com sinais claros de interferência e articulação externa. A defesa cega do ex-presidente se mistura ao silêncio conveniente sobre as ameaças econômicas vindas do exterior. Enquanto autoridades brasileiras tentam conter um tarifaço que pode afundar setores inteiros da economia, aliados de Bolsonaro fletam com o caos e alguns até estimulam a punição ao próprio país. É a velha tática: inflamar a base, deslegitimar as instituições e negar qualquer responsabilidade. Mas a conta dessa estratégia já chegou e o prejuízo, desta vez, pode ultrapassar fronteiras.

Liderança renovada



O MDB de Mato Grosso vira a página após 35 anos sob o comando de Carlos Bezerra. No dia 21 de agosto, Janaina Riva assume a presidência estadual do partido, numa mudança que promete renovar o jogo político local. A nova direção terá a missão de montar a chapa para as eleições do próximo ano, com destaque para a meta de incluir pelo menos 20% de mulheres — uma resposta às pressões por maior representatividade feminina. Janaina já tentara assumir o posto em 2023, mas enfrentou resistência do grupo liderado por Emanuel Pinheiro. Agora, com Bezerra aposentado, a deputada sai na frente para liderar o MDB numo aos desafios eleitorais. Resta saber se a nova fase trará real transformação ou será só uma mudança de nomes no topo.

Abílio Brunini - Prefeito de Cuiabá

Saúde municipal avança, apesar de críticas, afirma administração

Foto: Renman Oliveira



Em coletiva realizada de forma não programada, o prefeito de Cuiabá anunciou oficialmente a futura substituição da secretária municipal de Saúde, Lúcia Helena, em meio a boatos que causaram instabilidade dentro da pasta. Segundo ele, a mudança já vinha sendo discutida há dias e seria anunciada apenas no mês seguinte. A atual secretária foi convidada para assumir um novo projeto voltado à promoção da saúde de forma integrada com outras áreas, como educação, esporte e cultura, mas ainda não confirmou se aceitará o novo cargo.

A nova secretária será Daniela Carmona, que já atuou como interventora da pasta e conhece a estrutura da secretaria. O prefeito destacou os avanços obtidos durante a gestão de Lúcia Helena, como a implantação do Centro Médico Infantil, a reorganização das UPAs e o enfrentamento de crises sanitárias, apesar das críticas enfrentadas. Ele também defendeu a necessidade de revisar o pacto da gestão plena da saúde em Cuiabá, alegando sobrecarga financeira ao município diante da centralização de atendimentos da região.

“ Quero levar os serviços de saúde para mais perto das pessoas, em parques e praças, com a presença de médicos e outros profissionais da área, oferecendo atendimento e orientação de forma acessível e gratuita ”

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Centro Oeste Popular – Durante o período em que a secretária Lúcia Helena esteve à frente da pasta, foram registradas diversas reclamações por parte da população e também de vereadores. Essas críticas influenciaram na decisão pela substituição? Qual foi, de fato, o principal motivo para a troca no comando da Secretaria de Saúde?

Abílio – Reclamações sempre vão existir, independentemente de quem esteja no comando da secretaria, seja secretário ou secretária. A saúde é uma das áreas mais complexas e desafiadoras da gestão pública. Não dá para resolver problemas acumulados ao longo de tantos anos em apenas sete ou oito meses. Ainda assim, já tivemos avanços significativos. Um exemplo é o Centro Médico Infantil, que está prestes a ser inaugurado e será um marco para o município: um hospital especializado em pediatria, focado na saúde das crianças, algo fundamental para Cuiabá e toda a região Centro-Oeste de Mato Grosso.

Também conseguimos melhorar o fluxo de atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), reduzindo em 30% a demanda nas segundas e terças-feiras, o que impacta positivamente na qualidade do serviço prestado. Avançamos ainda na ampliação do atendimento de demanda espontânea nas Unidades Básicas de Saúde. Enfrentamos casos graves, como uma infecção crítica em um paciente, mas, graças à competência da equipe, superamos o desafio com o menor impacto possível para a população. Por tudo isso, temos mais motivos para comemorar do que para focar nas críticas. Claro que os questionamentos sempre existirão, mas os avanços são, sem dúvida, muito maiores.

Centro Oeste Popular – A saída da secretária Lúcia Helena foi motivada por um pedido pessoal, por fatores externos ou foi uma decisão construída em conjunto com a gestão?

Abílio – Foi uma decisão construída em conjunto. Conversamos com a Lúcia sobre novos projetos que ela poderá continuar desenvolvendo dentro da estrutura da gestão. A Daniela Carmona recebeu um panorama detalhado da atual situação da secretaria, embora já acompanhasse tudo por meio da equipe de apoio e monitoramento. A Lúcia conhece bem a realidade da saúde em Cuiabá, e eu agradeço a ela pela disposição, dignidade e comprometimento com que enfrentou esse desafio. Sua saída não foi um pedido isolado nem uma imposição externa. Foi fruto de um processo de diálogo e construção coletiva.

Centro Oeste Popular – O que motivou a escolha de Daniela Carmona para assumir a Secretaria Municipal de Saúde? Quais critérios foram determinantes?

Abílio – A escolha da Carmona levou em conta, primeiramente, o contexto. Ela já acompanhava de perto os trabalhos de apoio e monitoramento da secretaria, o que facilita a transição. Além disso, tem experiência como secretária durante o período da intervenção, o que é extremamente relevante. Acreditamos que ela vem para somar aos avanços já alcançados pela gestão da Lúcia Helena. Conhece bem o trabalho realizado e está preparada para dar continuidade a esse progresso.

Centro Oeste Popular – Como está, atualmente, a situação da saúde no município? E qual é a real condição da Santa Casa?

Abílio – A Santa Casa está em processo de leilão, com os prazos sendo cumpridos normalmente, então esse tema já não está sob responsabilidade direta da prefeitura. Em relação à saúde no município, a situação está muito melhor do que quando assumimos. O atendimento nas unidades de saúde melhorou significativamente, tanto em qualidade quanto em agilidade. Reduzimos consideravelmente o tempo de espera. Ainda há desafios, é claro. Estamos reformando o Hospital São Benedito, com a obra sendo realizada pela empresa responsável pela gestão da unidade. Também estamos planejando a ampliação do Hospital Municipal de Cuiabá, que já não comporta a atual demanda de pacientes. É um grande desafio, mas estamos comprometidos em melhorar continuamente a saúde da nossa cidade.

Centro Oeste Popular – Considerando críticas sobre o relacionamento político da antiga secretária com os vereadores, a nomeação de Daniela Carmona pode ajudar a reduzir os atritos entre a Secretaria de Saúde e o Legislativo?

Abílio – Vereadores de oposição farão oposição independentemente de quem esteja na secretaria. Eles vão criticar de qualquer forma — faz parte do papel deles. Já os vereadores da base, por vezes, também apontam pontos que precisam ser ajustados, e isso é algo positivo. Essas críticas são importantes porque nos ajudam a buscar soluções. Todos os secretários, seja a doutora Lúcia, Carmona, Amauri ou Reginaldo Pelaton, enfrentam as mesmas dificuldades. O importante é manter o diálogo com a Câmara. Eu mesmo fui vereador e sei da importância desse relacionamento.

Centro Oeste Popular – O senhor nomeou o Amauri, que veio do Governo do Estado, e agora a Carmona. Essas nomeações indicam uma intervenção municipal ou bouve influência do Governo do Estado? O senhor está se inspirando na gestão de Mauro Mendes?

Abílio – Não vejo dessa forma. Por exemplo, o Jefferson, nosso atual secretário de Esportes, nem fazia parte da gestão do Mauro Mendes quando assumiu conosco, e está fazendo um excelente trabalho. Não é por ter vindo do Governo do Estado que ele tem esse desempenho. O próprio governador Mauro manteve alguns secretários de gestões anteriores e trouxe novos nomes também. O que buscamos são pessoas experientes na gestão pública, com histórico de bom desempenho, independentemente de onde atuaram anteriormente. O Mauro, por exemplo, era adjunto no governo estadual, e hoje atua conosco como secretário. Não se trata de copiar um modelo, mas de aproveitar bons quadros técnicos para fortalecer a administração municipal.

Centro Oeste Popular – Recentemente, o senhor mencionou a intenção de romper com a gestão plena da saúde municipal, transferindo essa responsabilidade para o Estado. Poderia explicar melhor essa proposta, seus benefícios e impactos? A doutora Lúcia compartilhava dessa visão?

Abílio – De fato, falei sobre isso, mas como uma provocação para chamar atenção ao debate. Nunca foi uma decisão definitiva, sempre discutimos o tema internamente. Às vezes, faço essas provocações publicamente até antes de conversar com a secretária. O ponto central é: temos a gestão plena da saúde em Cuiabá, mas muitos serviços já estão sendo contratualizados com o Estado, como o Hospital Geral, o Hospital do Câncer e a própria Santa Casa. A regulação também está 100% sob controle do Estado. Isso faz com que a parte mais onerosa da gestão acabe ficando com o município. Por exemplo, pagamos pela natalidade de pessoas que vêm de municípios vizinhos e acabam tendo seus filhos aqui. Não estou reclamando disso, somos a capital e temos essa responsabilidade, mas precisamos de mais apoio dos entes federativos que fazem parte desse pacto. O Ministério da Saúde tem feito contingenciamentos em todo o país, o que afeta diretamente os municípios. Muitos serviços acabam sendo desabilitados ou não recebem o financiamento adequado. Um exemplo é o caso do Ser Coxipó, desabilitado desde 2022 e encerrado agora. Nosso objetivo é otimizar os recursos disponíveis para que a saúde se encaixe no orçamento e atenda melhor a população.

ATUAÇÃO DESTACADA

Beto Dois a Um ganha força entre eleitores e se projeta como nome forte para 2026

Atuação focada em saúde, infraestrutura e meio ambiente fortalece imagem do deputado junto à população mato-grossense

Lucas Leite | Da Redação

Com uma atuação marcada por projetos estratégicos e investimentos que alcançam diversas regiões de Mato Grosso, o **deputado estadual Beto Dois a Um (União Brasil)** vem se consolidando como um dos nomes mais fortes da atual legislatura e já desponta como um dos principais favoritos à reeleição em 2026. O reconhecimento popular é impulsionado por sua presença ativa no interior, articulação técnica junto ao governo estadual e foco em áreas sensíveis como saúde, infraestrutura e meio ambiente.

Desde o início do mandato, Beto tem adotado uma postura de gestor parlamentar, buscando soluções práticas para demandas regionais e atuando em sintonia com prefeitos, vereadores e lideranças comunitárias. Sua atuação é considerada uma das mais produtivas da Assembleia Legislativa, com destaque para a captação de recursos para hospitais regionais, a modernização da malha viária e o apoio a projetos sustentáveis, em parceria com entidades privadas e públicas.

“Temos trabalhado com seriedade, planejamento e compromisso com os municípios. A população sabe quem realmente entrega resultado”, afirmou o deputado em recente visita a cidades do Araguaia, onde anunciou novos investimentos para a saúde e recuperação de estradas vicinais.

Pesquisas internas de partidos e institutos regionais apontam que o parlamentar alcança altos índices de aprovação, principalmente en-



Foto: ALMT

tre eleitores do interior e em regiões historicamente menos assistidas. O trabalho de base, aliado à comunicação clara e à entrega de resultados concretos, tem sido o diferencial na construção de sua imagem pública.

Mesmo sem confirmar oficialmente a pré-candidatura, Beto já é tratado como um dos nomes mais competitivos dentro do União Brasil e aparece entre os parlamentares com maior capital político acumulado no atual mandato.

Aliados avaliam que seu perfil técnico, conciliador e focado em resultados deve ganhar ainda mais visibilidade nos próximos meses, especialmente diante da crescente cobrança por eficiência e responsabilidade na aplicação de recursos públicos.

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

Nova lei torna obrigatória checagem de antecedentes criminais para profissionais que atuam com crianças

Instituições de ensino devem exigir certidões negativas na contratação e renovar semestralmente para garantir proteção contra abusos e violência



Foto: Reprodução

A exigência deve ser cumprida no momento da contratação e renovada a cada seis meses. O objetivo da medida é reforçar a segurança e proteção de crianças e adolescentes no ambiente escolar

Maria Cardoso | Da Redação

Desde 15 de janeiro de 2024, está em vigor a Lei nº 14.811/2024, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A nova legislação determina que escolas públicas e privadas, bem como instituições sociais que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes, passem a exigir a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores, incluindo professores, funcionários administrativos, monitores, cozinheiros, auxiliares de limpeza, vigilantes, entre outros.

A exigência deve ser cumprida no momento da contratação e renovada a cada seis meses. O objetivo da medida é reforçar a segurança e proteção de crianças e adolescentes no ambiente escolar, prevenindo situações de abuso e exploração sexual, além de coibir práticas como o bullying, que também passou a ser tipificado como crime pela mesma legislação.

A nova lei foi aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2024 e sancionada sem vetos pelo presidente da República. A medida integra a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que visa estabelecer normas mais rigorosas para garantir a integridade física e psicológica de menores de idade em instituições educacionais e sociais.

Com a entrada em vigor da lei, as instituições de ensino devem adotar procedimentos para coletar, armazenar e atualizar as certidões de antecedentes criminais de seus colaboradores, observando as normas de proteção de dados pessoais estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A medida tem gerado debates entre especialistas e entidades representativas da área da educação. Alguns defendem que a exigência contribui para a construção de um ambiente escolar mais seguro, enquanto outros questionam sua eficácia e alertam para a possibilidade de discriminação de profissionais que já cumpriram suas penas, mas ainda enfrentam estigmas por passagens anteriores pelo sistema de justiça.

Até o momento, não há registro de ações judiciais contestando a constitucionalidade da Lei nº 14.811/2024. A legislação já está em vigor em todo o território nacional e deve ser observada por todas as instituições que atendem crianças e adolescentes.

CONFLITOS POLÍTICOS

Troca de acusações entre vereador e prefeita escancarou crise no PL de Várzea Grande

Falas públicas entre Caio Cordeiro e a prefeita Flávia Moretti revelam desgaste interno e forçam reação da cúpula partidária

Maria Cardoso | Da Redação

A relação entre o **vereador Caio Cordeiro (PL)** e a **prefeita Flávia Moretti (PL)**, ambos de Várzea Grande, entrou em rota de colisão após críticas públicas do parlamentar à gestão municipal — especialmente em relação aos serviços de transporte coletivo e abastecimento de água. O embate expôs fissuras internas no Partido Liberal e levou a cúpula estadual da sigla a intervir para tentar conter o desgaste político.

Caio publicou em suas redes sociais um vídeo satírico, no qual ironiza a concessionária de transporte público, chamando-a de “Desunião Transportes”. No mesmo conteúdo, ele acusa a Companhia Municipal de Trânsito (CMT) de omissão e anuncia o protocolo de uma denúncia ao Ministério Público, solicitando investigação sobre possíveis irregularidades na concessão do serviço.

“Protocolei denúncia contra a União Transportes e a CMT por falhas na concessão do transporte coletivo. A população está sendo prejudicada por veículos antigos e serviços ineficientes. Isso compromete a segurança e precisa ser investigado com urgência”, declarou o vereador.

A resposta da prefeita veio em tom duro. Em entrevistas recentes, Flávia Moretti desqualificou as críticas de Caio, atribuindo sua postura à falta de maturidade política. “Ele é um menino muito jovem, tanto na idade quanto na política. Entendo a ansiedade dele em querer resolver tudo rapidamente, mas nem tudo se resolve com uma varinha de condão”, ironizou a prefeita. “Ele ainda precisa aprender o que é fazer política”, completou.

Caio não se calou e voltou às redes sociais para rebater a fala da prefeita: “Não é imaturidade cobrar responsabilidade de quem está no comando. A população merece respeito e serviços de qualidade.”

A gestora também se pronunciou sobre o contrato com a empresa de transporte público,

defendendo sua administração:

“O contrato com a União Transportes está em vigor, e estamos avançando na construção do novo modelo de concessão. Críticas são bem-vindas, desde que feitas com responsabilidade e base em fatos concretos”, explicou Flávia Moretti.

O acirramento do conflito levou o presidente estadual do PL, Ananias Filho, a intervir publicamente. Em entrevista, ele criticou a postura de Caio e disse que o partido não aceitará ataques internos de seus próprios filiados. “Não vamos admitir que usem a estrutura do partido para se elegerem e depois atuem contra a nossa gestão. Não somos imbecis”, disparou o dirigente.

Ananias reforçou que, em ano pré-eleitoral, a unidade partidária é prioridade, e qualquer tentativa de dividir a base será contida com rigor. Segundo ele, a direção do PL está atenta para evitar que conflitos internos comprometam o desempenho da legenda em 2026.

Nos bastidores, a crise não se limita a Caio Cordeiro. O vereador Bruno Rios, também filiado ao PL e aliado de Caio na Câmara, tem manifestado insatisfação com a gestão municipal. De acordo com apurações de veículos locais, Bruno cogita deixar o partido na próxima janela partidária, embora ainda não tenha se pronunciado oficialmente sobre o assunto.

Diante do cenário, a direção estadual do PL sinalizou que não pretende liberar mandatos antes do prazo legal, numa tentativa de preservar a fidelidade partidária e conter novas dissidências.

O embate entre Caio Cordeiro e Flávia Moretti ultrapassa as divergências sobre políticas públicas e revela uma disputa mais ampla por protagonismo dentro do partido. Em um momento de rearranjos políticos com vistas às eleições de 2026, o episódio escancara os limites da coesão entre Executivo e Legislativo, mesmo entre aliados da mesma legenda.

1 MILHÃO de leitores por mês

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.br
www.anoticiamt.com.br
www.tangaraonline.com.br
www.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.

copopular.com.br

(65) 3052-6030 / 3052-6031

ACUSADO DE RECEBER PROPINA

Polícia cumpre novo mandado contra vereador Chico 2000 na Câmara de Cuiabá

Investigado por suposto recebimento de propina ligado à obra do Contorno Leste, parlamentar é alvo de nova fase da Operação Perfidia. Outro vereador, Sargento Joelson, também está implicado no esquema

Lucas Leite | Da Redação

Uma nova movimentação policial na sede da Câmara Municipal de Cuiabá. Agentes da Polícia Civil de Mato Grosso, por meio da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor), cumpriram mandados de busca e apreensão contra os vereadores Chico 2000 (PL) e Sargento Joelson (PSB). A ação integra uma nova etapa da Operação Perfidia, que investiga o envolvimento de parlamentares em um esquema de cobrança de propina em troca de apoio político a uma empreiteira contratada pelo município.

De acordo com as investigações, os vereadores teriam atuado para favorecer a empresa HB20 Construtora, responsável por obras do Contorno Leste, uma das maiores intervenções de infraestrutura urbana da capital. Em troca da aprovação de um projeto de lei que viabilizaria o pagamento de precatórios à empreiteira, os parlamentares teriam exigido o pagamento de R\$ 250 mil em propina.

Segundo o Ministério Público, parte do valor – R\$ 150 mil – foi transferida via PIX à conta de um intermediário apontado como José Márcio da Silva Cunha, ligado ao gabinete de Joelson. O restante, R\$ 100 mil, teria sido entregue em dinheiro vivo diretamente dentro do gabinete de um dos vereadores, conforme detalhado em delações e confirmado por provas documentais já colhidas pela investigação.



A operação foi deflagrada após a obtenção de novos elementos que, segundo fontes da investigação, confirmam a materialidade dos crimes

A juíza Edna Ederli Coutinho, da Vara Especializada em Ações Coletivas, determinou o afastamento cautelar dos dois parlamentares por 180 dias, além da proibição de acesso às dependências da Câmara Municipal, contato com testemunhas e outros investigados.

Também foi decretado o bloqueio de bens no valor de R\$ 250 mil e o sequestro de imóveis e veículos em nome dos envolvidos, incluindo casas em bairros de alto padrão em Cuiabá, carros de luxo e motocicletas. A medida, segundo o Ministério Público, visa assegurar o ressarcimento ao erário público em caso de condenação.

A operação foi deflagrada após a obtenção de novos elementos que, segundo fontes da investigação, confirmam a materialidade dos crimes de corrupção passiva, associação criminosa e improbidade administrativa.

A investigação tem como pano de fundo a execução das obras do Contorno Leste, uma

das principais promessas de mobilidade urbana do Executivo municipal. A via, com mais de 17 km de extensão, liga a região sul à região norte de Cuiabá, e é financiada com recursos de empréstimos e repasses federais.

O projeto, entretanto, tem enfrentado uma série de questionamentos, especialmente no que diz respeito à forma de contratação da empreiteira HB20, à transparência nos pagamentos e à atuação do Legislativo na aprovação de medidas que beneficiariam diretamente a empresa.

Com a evolução das investigações, novos nomes de vereadores e ex-vereadores passaram a ser mencionados em depoimentos colhidos pela Polícia Civil e pelo Ministério Público. Os investigadores suspeitam que o esquema de propina pode ter sido mais amplo, envolvendo vários parlamentares na negociação de votos em troca de vantagem financeira.

Documentos apreendidos e movimentações bancárias estão sendo analisados para identi-

ficar a extensão da rede de favorecimento político em torno da obra do Contorno Leste e de outras contratações públicas.

Até o fechamento desta reportagem, a presidência da Câmara Municipal de Cuiabá não havia se manifestado oficialmente sobre o cumprimento dos novos mandados nem sobre o afastamento dos vereadores. A Casa já havia sido notificada judicialmente sobre as medidas cautelares impostas e deverá nomear suplentes para ocupação temporária dos cargos, conforme determina o Regimento Interno.

Operação continua

A Operação Perfidia segue em andamento. Fontes ligadas ao caso indicam que novas fases da investigação não estão descartadas. A Polícia Civil e o Ministério Público trabalham para concluir o inquérito nas próximas semanas e oferecer denúncia formal à Justiça.

A população cuiabana, por sua vez, acompanha com atenção o desenrolar do caso, que expõe não apenas possíveis práticas ilegais, mas também a fragilidade da relação entre política e gestão pública em uma das áreas mais sensíveis da administração municipal: a infraestrutura urbana.

Confira na íntegra a nota da Câmara Municipal:

A Câmara Municipal de Cuiabá informa que, na manhã desta terça-feira (29), foi cumprido um mandado de busca e apreensão no prédio do Legislativo, em decorrência de desdobramentos da Operação Perfidia, conduzida pela Polícia Civil. A Casa de Leis adotou todas as medidas necessárias para garantir o pleno acesso às informações solicitadas, colaborando integralmente com as autoridades competentes e assegurando o respeito ao devido processo legal, primando pela ética e transparência.

OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL!

SALA COMERCIAL À VENDA NO EDIFÍCIO ELDORADO HILL

LINDA, MOBILIADA E COM PADRÃO A DE ACABAMENTO. PRONTA PARA USO, NO MELHOR PONTO COMERCIAL DA CIDADE!

TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

MARCO HISTÓRICO

Brasil sai oficialmente do Mapa da Fome da ONU em 2025

País ficou abaixo do índice de 2,5% da população com subnutrição e retoma posição de destaque no combate à pobreza e à fome

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O Brasil deixou oficialmente, em 2025, o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), após três anos consecutivos figurando entre os países com mais de 2,5% da população em risco de subnutrição. A conquista foi anunciada durante a 2ª Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU (UNFSS+4), realizada em Adis Abeba, na Etiópia. Os dados constam no relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2025 (SOFI 2025).

A saída do Mapa da Fome é resultado de uma trajetória rápida e consistente de recuperação, iniciada em 2023 com o lançamento do Plano Brasil Sem Fome. A média trienal 2022/2023/2024, usada pela FAO como base de avaliação, indicou que o Brasil reduziu a insegurança alimentar para abaixo de 2,5%, mesmo considerando 2022 como um ano crítico. Em nota oficial, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome atribuiu o resultado a decisões políticas que priorizaram a redução da pobreza, a geração de emprego e renda, o fortalecimento da agricultura familiar e da alimentação escolar, além do acesso a alimentos saudáveis.

“Sair do Mapa da Fome era o principal objetivo do presidente Lula ao iniciar o mandato em janeiro de 2023. A meta era alcançar esse feito até 2026. Com muito trabalho e políticas públicas robustas, conseguimos em apenas dois anos”, afirmou o ministro Wellington Dias.

Ele também destacou que a conquista representa não apenas soberania alimentar, mas também um avanço em direção à justiça social e à democracia.

O Brasil já havia saído do Mapa da Fome em 2014, durante o segundo mandato de Lula, após mais de uma década de políticas sociais voltadas à erradicação da fome. No entanto, a partir de 2018, com o desmonte de programas sociais e cortes orçamentários, o país voltou a figurar no relatório da FAO. A reversão desse cenário em tempo recorde é considerada uma das principais realizações do atual governo.

Segundo dados do IBGE, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), cerca de 24 milhões de pessoas deixaram a condição de insegurança alimentar grave entre



Segundo o IBGE, cerca de 24 milhões de pessoas deixaram a condição de insegurança alimentar grave entre 2022 e 2023. Em 2023, o país reduziu a pobreza extrema para 4,4%, retirando quase 10 milhões de pessoas dessa situação em comparação com 2021

2022 e 2023. Em 2023, o país reduziu a pobreza extrema para 4,4%, retirando quase 10 milhões de pessoas dessa situação em comparação com 2021. Já em 2024, o Brasil registrou a menor taxa de desemprego desde 2012 (6,6%) e o maior rendimento médio domiciliar per capita da série histórica, atingindo R\$ 2.020.

O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, também apresentou queda significativa, alcançando 0,506 — o menor valor já registrado no país. A redução da desigualdade tem sido impulsionada, em grande parte, pela valorização do salário mínimo, pela recuperação do mercado de trabalho e pelo crescimento da renda dos mais pobres. A renda do trabalho dos 10% mais pobres cresceu 10,7% em 2024, ritmo 50% maior do que o observado entre os 10% mais ricos.

De acordo com o Censo Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram criadas 1,7 milhão de vagas formais em 2024. Desse total, 98,8% foram preenchidas por pessoas inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, e 75,5% dos contratados eram beneficiários do Bolsa Família. Com o aumento da renda e a melhoria das condições econômicas, cerca de um milhão de famílias superaram a linha da pobreza e deixaram de receber o benefício em julho de 2025.

O avanço do país na luta contra a fome é atribuído a um conjunto de políticas públicas integradas. O Plano Brasil Sem Fome reúne ações como o Bolsa Família, o Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cozinha Solidária, o crédito para agricultura familiar (Pronaf), o estímulo ao empreendedorismo e à qualificação profissional, além da ampliação da alimentação escolar.

Além das ações nacionais, o Brasil também lidera a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, proposta lançada durante a presidência brasileira no G20 em 2024. A iniciativa busca articular esforços internacionais entre países, agências da ONU, instituições financeiras e organizações sociais com o objetivo de erradicar a fome até 2030, conforme os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda

2030. A aliança já reúne mais de 100 países, além de fundações e entidades internacionais.

“O exemplo brasileiro pode ser adaptado a muitos países. Sair do Mapa da Fome é só o começo. Queremos justiça alimentar, soberania e bem-estar para todos”, reforçou o ministro Wellington Dias, reafirmando o compromisso do governo com a erradicação da fome, tanto no cenário interno quanto no global.

A FAO define como critério para inclusão no Mapa da Fome o percentual da população em situação de subnutrição, identificado pelo indicador Prevalência de Subnutrição (PoU, na sigla em inglês). Esse índice considera a quantidade de alimentos disponíveis no país, o consumo médio da população e a desigualdade na distribuição dos alimentos, especialmente associada à

renda. Países com mais de 2,5% da população sem acesso regular à quantidade mínima de calorias por dia são incluídos no mapa.

O Brasil voltou a contar com indicadores atualizados e confiáveis sobre segurança alimentar. Além da EBIA, aplicada pelo IBGE em pesquisas domiciliares, o governo também utiliza dados da Pesquisa Nacional de Saúde, monitoramento nutricional de crianças beneficiárias do Bolsa Família, triagem de risco alimentar nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e projeções estatísticas com base no Cadastro Único para identificar municípios em situação de maior vulnerabilidade.

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL.
ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

Barão Glass

VIDROS E ESPELHOS

JANELAS
BOX
VITRINES
FACHADAS
ESPELHOS
PORTAS
MESAS
ESQUADRIAS

☎ ALESSANDRO (65)99687-1958

📱 @barãoglass

📍 Atendemos Cuiabá e região

SEGURANÇA PÚBLICA

Mato Grosso sanciona lei que autoriza retirada imediata de invasores sem ordem judicial

Polícia Militar poderá atuar após notificação extrajudicial para desocupar imóveis invadidos

■ | Maria Cardoso | Da Redação

O Governo de Mato Grosso sancionou, em 25 de julho de 2025, a Lei Estadual nº 12.977, que autoriza a retirada de invasores de imóveis urbanos e rurais, públicos ou privados, sem a necessidade de ordem judicial prévia. A norma estabelece que a desocupação poderá ser realizada pela Polícia Militar e por outras forças de segurança estaduais, desde que haja uma notificação extrajudicial expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp).

De acordo com a lei, os ocupantes devem deixar o imóvel em até 24 horas após o recebimento da notificação. A ação deve ocorrer de forma pacífica, mas, em caso de resistência, o uso da força policial está autorizado para garantir a reintegração da posse. A medida se aplica exclusivamente a ocupações irregulares, sem respaldo legal.

A legislação prevê exceções e não se aplica a imóveis com ocupações autorizadas por órgãos federais ou estaduais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e o Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), nem a áreas rurais consideradas improdutivas e sujeitas à reforma agrária.

A nova lei foi criada em resposta ao aumento dos conflitos por posse de terra no estado e busca agilizar os processos de reintegração, que tradicionalmente dependem de decisões judiciais demoradas. Diferentemente da Lei nº 12.430/2024, que previa sanções administrativas e foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal por invadir competências da União, a Lei nº



De acordo com a lei, os ocupantes devem deixar o imóvel em até 24 horas após o recebimento da notificação. A ação deve ocorrer de forma pacífica, mas, em caso de resistência, o uso da força policial está autorizado

12.977 trata exclusivamente de medidas administrativas de segurança pública, sem prever punições diretas.

Até o momento, não há registro de ações judiciais contestando a constitucionalidade da nova legislação, nem pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. A lei já está em vigor em todo o território de Mato Grosso.

Em declaração, o governador Mauro Mendes comentou a nova medida:

“Essa é mais uma medida para varrer os invasores de terra de Mato Grosso. Uma lei do deputado Dilmar Dal Bosco, que sancionamos para dar ainda mais peso às nossas ações. Quem invade terra, pública ou privada, vai continuar tendo resposta rápida e firme do Governo do Estado. E

é importante lembrar que, desde que lançamos o programa Tolerância Zero às Invasões, todas as tentativas de invadir terras em Mato Grosso foram frustradas. Nenhuma deu certo”.

A medida tem sido acompanhada por especialistas e autoridades locais, que avaliam seu impacto no combate às invasões e na segurança pública do estado.

ORGULHO DO NOSSO
MATO GROSSO

**QUE É TOLERÂNCIA ZERO
CONTRA FACÇÕES
CRIMINOSAS.**



**Governo de
Mato
Grosso**

VIOLÊNCIA EM MASSA

Feminicídio em alta: Mato Grosso se torna o estado mais perigoso para mulheres

Estado registrou a maior taxa proporcional de assassinatos de mulheres por motivação de gênero em 2024; número nacional também bateu recorde

Ana Carolina Guerra | Da Redação

Pelo segundo ano consecutivo, o estado de Mato Grosso ocupa a liderança nacional no ranking de feminicídios proporcionais à população, conforme aponta a 19ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2024, o estado registrou 47 casos de assassinatos de mulheres motivados por razões de gênero, o que representa uma taxa de 2,5 mortes por 100 mil habitantes, a mais alta do país.

Segundo o relatório, o Brasil contabilizou um total de 1.492 feminicídios em 2024, configurando um novo recorde desde a criação da lei que tipifica esse crime, em 2015. O número representa um aumento de 1% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 1.477 casos. Logo após Mato Grosso, as maiores taxas de feminicídio foram observadas em Mato Grosso do Sul (2,4 por 100 mil), Piauí (2,3) e Roraima (2,0). Já os estados com os menores índices foram Amapá (0,5), Sergipe (0,8) e Ceará (0,9).

O Governo de Mato Grosso, por meio de nota oficial, afirmou que tem investido em políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher. Apesar disso, os dados revelam um cenário preocupante: em 2024, o estado também figurou entre os líderes em feminicídios seguidos de suicídio do agressor, com oito ocorrências, número igual ao registrado em Santa Catarina e no Piauí.

Ainda assim, houve uma queda significativa no número de vítimas que estavam sob me-



Foto: Reprodução Getty Images

Levantamento do Observatório Caliandra, ligado ao Ministério Público de Mato Grosso, detalha que a maioria dos feminicídios no estado ocorreu dentro da residência da vítima, aproximadamente 24 casos em domicílio

didadas protetivas: em 2023, foram oito mulheres nessa condição; em 2024, apenas um caso foi contabilizado. Esse dado, segundo especialistas, pode indicar avanços nas ações de monitoramento, embora o número absoluto de casos permaneça elevado.

Levantamento do Observatório Caliandra, ligado ao Ministério Público de Mato Grosso, detalha que a maioria dos feminicídios no estado ocorreu dentro da residência da vítima, aproximadamente 24 casos em domicílio. As principais faixas etárias das vítimas estavam entre 18 e 24 anos e entre 35 e 39 anos. Ainda de acordo com o relatório, 49 crianças e adolescentes ficaram órfãos em razão desses crimes.

Até julho de 2025, o estado já havia registrado 30 novos casos de feminicídio, reforçando o alerta para a continuidade da violência de gênero na região.

O Anuário também traz um panorama amplo da violência contra a mulher, incluindo dados sobre homicídios, tentativas de feminicídio, lesões corporais dolosas no contexto doméstico, ameaças, perseguição, violência psicológica e, pela primeira vez, descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Em todo o Brasil, o perfil das vítimas de feminicídio em 2024 seguiu um padrão alarmante: 64% eram mulheres negras; 70% tinham entre 18 e 44 anos; 64% foram assassinadas em casa; 97% dos autores eram homens; e em 80% dos casos os agressores eram companheiros ou ex-companheiros. Além disso, quase metade dos crimes foi cometida com o uso de arma branca.

O relatório ainda aponta que, entre 2023 e 2024, ao menos 121 mulheres foram assassinadas mesmo estando sob medida protetiva. Em 2024, cerca de 100 mil ordens judiciais desse tipo foram descumpridas.

Em paralelo ao crescimento dos feminicídios, o Brasil também registrou um aumento de 4% nas mortes violentas de crianças e adolescentes de até 17 anos, totalizando 2.356 vítimas em 2024. Esse avanço interrompe uma tendência de queda observada desde 2020 e, segundo o Fórum, foi impulsionado principalmente pelas mortes de adolescentes em ações policiais.

Ainda de acordo com o Anuário, as mortes por intervenção policial caíram 3,1% em 2024, somando 6.243 casos. No entanto, essa queda foi menor do que a observada nas demais mortes violentas, fazendo com que a proporção de vítimas da polícia no total nacional subisse de 13,8% para 14,1%. Estados como São Paulo (com aumento de 61%) e Pará (13%) apresentaram crescimento nesse tipo de ocorrência.

Por outro lado, o número geral de mortes violentas intencionais caiu 5,4%, totalizando 44.125 casos em 2024. Essa redução faz parte de um ciclo de queda iniciado em 2018, atribuído a políticas públicas baseadas em evidências, controle de armas e mudanças demográficas, como a diminuição da população jovem — historicamente mais vulnerável à violência letal.

O estudo também chama a atenção para o aumento dos registros de desaparecimento: em 2024, foram 81.873 casos — um acréscimo de 5% em relação a 2023. Em estados como Amapá, Bahia e Sergipe, o aumento nos desaparecimentos coincidiu com a queda nos homicídios, levantando a hipótese de que parte dessas ocorrências possa estar ocultando assassinatos não registrados como tal.

Outro dado alarmante é o recorde de estupro: em 2024, foram registradas 87.545 vítimas de estupro ou estupro de vulnerável, o maior número desde o início da série histórica em 2011. Isso equivale a uma ocorrência a cada seis minutos no país.

Diante desse cenário, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública reforça a necessidade de ampliar os investimentos em políticas de proteção às mulheres, na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas e em ações de enfrentamento à violência estrutural de gênero.

NÃO ESPERE A GRIPE BATER

VEM VACINAR XÔ INFLUENZA

SE VOCÊ FAZ PARTE DO GRUPO PRIORITÁRIO, PROCURE UMA UNIDADE DE SAÚDE

Confira a lista dos grupos no site cuiaba.mt.gov.br

VACINA É SUA MELHOR DEFESA

CUIABÁ
PREFEITURA

SUS